

PPC 154e

Susana Rolim

De: José Viana [vianabar@gmail.com]
Enviado: sexta-feira, 21 de Junho de 2013 12:28
Para: Comissão 5ª - COFAP XII
Assunto: Sugestão

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Direção-Geral das Autarquias Locais
COFAP
N.º 469893
Entrada/Saida nº 628 Data 4/7/2013

Venho por este meio dar a seguinte sugestão, por considerar que é muito importante para a salvaguarda da transparência e equidade dos funcionários.

Se é inevitável que haja uma proposta de lei que consagra o regime de requalificação (mobilidade), então que essa lei assegure mecanismos de defesa dos trabalhadores que venham a ser afetados. Como se sabe, nas autarquias locais ha uma grande proximidade entre decisores e funcionários e muitas vezes, mesmo muitas, os funcionários são referenciados e até perseguidos pelas suas opções ideológicas e partidárias. Isto acontece em todas as autarquias sejam governadas por que partido forem. A proposta de lei tal como está formulada, vai levar a que possam ser colocados na requalificação funcionários que em circunstâncias normais não o seriam: por desagrado do chefe, por retaliação a não se dar determinado parecer, por ser adversário ou de partido oposto, enfim, uma série de causas muito diversas.

Como se pode evitar isso e tem mesmo de se evitar senão será o descalabro e a permanente coação de ... se não fazes .. vais para a mobilidade; ou pior ainda, a autocensura e o favorecimento sob a ameaça mesmo que silenciosa que tal situação permitirá.

Nestes pressupostos a minha sugestão é a seguinte:

Que haja uma comissão tripartida: representante do município, representante do trabalhador e um representante neutro, escolhido de acordo com ambas as partes, que analisem as razões e o contexto daquele determinado trabalhador ser referenciado/colocado em requalificação em vez de outros dos seus companheiros. Ou seja, que a lei crie um mecanismo de defesa sobre arbitrariedades e discricionareidades.

E espero que assim seja: porque senão, o poder político vai arrepende-se para toda a vida de ter feito uma lei que vai matar completamente a independencia dos trabalhadores .

José Viana